

Conrickerca e a infância em luta pela moradia: desafios metodológicos.

Cavalari Neto, Ranulfo y Marques D' Albuquerque, Vanessa.

Cita:

Cavalari Neto, Ranulfo y Marques D' Albuquerque, Vanessa (2024).
Conrickerca e a infância em luta pela moradia: desafios metodológicos.
6tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/6jornadasinfancia/53>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/ez2b/zfn>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

CONRICERCA E A INFÂNCIA EM LUTA POR MORADIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS

Ranulfo Cavallari Neto, Universidade de São Paulo¹

Vanessa Marques D'Albuquerque, Universidade de São Paulo²

Resumo:

Na área acadêmica tem sido crescente a reflexão sobre a presença das crianças nos espaços de luta, embora ainda haja uma lacuna, sobretudo, em conhecer e entender a presença delas nesses espaços. Assim, este texto tem como objetivo refletir sobre os desafios de realizar uma pesquisa junto a um grupo de crianças, em um espaço de luta por moradia, a partir do método da Conricerca, também conhecida como pesquisa-militante. Tal forma de pesquisar advém das revoluções operárias italianas, consideradas como a ciência da classe trabalhadora, chegando também à América Latina e dando outros contornos a esse modo de pesquisar/lutar lado a lado com os “sujeitos” de pesquisa. Para tal estudo, um dos autores deste texto teve uma experiência de estar junto com cinco crianças que participaram da ocupação de uma fazenda colonial, na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, junto aos seus familiares, na luta por moradia e pelo sonho da reforma agrária e a construção de um Projeto de Ecovila Popular, em busca de um outro modo de viver. O desafio reflexivo que se coloca é: como a proposta metodológica da Conricerca pode potencializar a experiência de ocupar tendo as crianças como sujeitos sociais? Qual é o lugar do pesquisador-militante com as crianças? Sem a intenção de trazer uma resposta conclusiva, este texto procura refletir sobre a categoria infância como uma construção social.

Introdução

A presença de crianças nos espaços de luta se encontra em ascensão, no debate acadêmico, em diversas áreas (SANTOS, 2017; GONÇALVES, 2018; GOBBI, 2021; OLIVEIRA; BORGES, 2022); contudo, ainda está em fase de construção conhecer e entender a presença delas nesses espaços. Diante disso, grande parte dos campos, e aqui podem ser citados os Estudos da Infância (Chilhood Studies) que se dedicam a conhecer a infância e as crianças em seus

¹ Ranulfo Cavallari Neto, doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, educador popular, militante da Ocupação Popular Ecovila Maricá e professor de educação física do município de Maricá, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ranulfo@usp.br

² Vanessa Marques D'Albuquerque, doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, pedagoga, atua como formação continuada de professores/as em diversos municípios do território brasileiro. E-mail: marquesvanessa28@usp.br

diferentes cotidianos e contextos sociais, culturais e políticos. Alguns desses contextos são apontados como extremos, tanto por quem pesquisa quanto por quem vive, levando em consideração as emergências daqueles que migram de um lugar para outro, daqueles que resistem mediante uma política de genocídio, dos sobreviventes de guerras, dos que ocupam as ruas ou aqueles que lutam pela terra e/ou moradia.

Ainda sobre a presença das crianças, nos espaços de luta, é importante destacar que grande parte da literatura e das pesquisas sobre a(s) infância(s) esteve associada, historicamente, aos campos da Sociologia da Família, Educação, Psicologia, Juristas e Medicina, sendo importante ressaltar que a criança era considerada, em sua maioria, como uma vir a ser, isto é, uma etapa da vida de preparação para a vida adulta, com características negativas em relação aos adultos e reconhecida pelo que ainda não consegue fazer.

Somente a partir das últimas décadas do século XX, mais especificamente em alguns países do Hemisfério Norte, que as crianças foram reconhecidas como sujeitos sociais e partícipes da sociedade, a partir da criação de novos campos de pesquisa, entre esses: a Sociologia da Infância e os Estudos da Infância. Já no Brasil, um dos precursores em dar visibilidade à infância foi o sociólogo Florestan Fernandes, em 1961; e a partir da década de 1990, os movimentos sociais e a legislação iniciaram um estudo sobre a criança como um sujeito de direitos.

Nos dias atuais, são muitas as concepções sobre infância(s), incluindo o contexto de vida de cada uma delas. Entretanto, ainda há uma escassez de referências que tratam da vida das crianças em espaços de luta por moradia. Já não é possível pensar nelas sem o contexto no qual vivem e lutam, e nas produções que existem nessa relação, principalmente, com a cidade (GOBBI, ANJOS, VICENTE, 2020; BRITO; LIMA, 2023).

A partir dessa breve contextualização, pretende-se elaborar uma reflexão neste artigo de alguns desafios metodológicos que extrapolam a literatura já consolidada no campo das Ciências Humanas, ou das Ciências Sociais, principalmente, as que possuem relação com o campo das infâncias. Um desses, “INFÂNCIA (d)E RUA: ser criança em lugares-outros”, no qual a pesquisadora Paula

Uglione, em 2020, pesquisou outros-modos de ser criança frente às adversidades frequentes e duras vividas pelas crianças e seus familiares no entorno de um aterro de lixo desativado na região metropolitana do Rio de Janeiro, além dos diversos tipos de violações vividos nesse cotidiano.

A pesquisa com a qual se irá debruçar e refletir os desafios metodológicos é a experiência de estar junto com cinco crianças que fizeram da ocupação, junto aos seus familiares, um lugar de moradia e de sonhos em uma fazenda colonial, que guardava toda sua história arquitetônica. Um ponto a destacar é que dentro dessa fazenda passava um rio que possibilitou outras experiências para essas crianças, ainda mais porque antes elas viviam em contexto urbano. Essa ocupação ocorreu em uma fazenda colonial, chamada de Fazenda do Rio Fundo, a qual preserva viva a história das pessoas que foram escravizadas no Sudeste brasileiro localizada na cidade de Maricá/RJ/BR. Segundo a Constituição Brasileira, de 1988, a terra precisa ter uma função social, assim como a moradia digna a toda sociedade é um direito constitucional, inclusive esse direito foi conquistado por meio da mobilização e organização dos movimentos sociais.

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), movimento do qual as famílias ocupantes da fazenda faziam parte, se constitui a partir das lutas urbanas da década de 1980, conquistando moradia a centenas de famílias que reivindicam esse direito, com uma pauta voltada para a desmercantilização da moradia e da demanda por uma política pública habitacional. A disputa por consolidar a função social da Fazenda do Rio Fundo, em Maricá-RJ, permaneceu por, aproximadamente, cinco meses entre 2022 e 2023, e foi nomeada como Ocupação Popular Ecovila Maricá. Nesse local, um dos autores deste artigo realizou uma pesquisa-militante, sendo sobre essa experiência que se trarão os desafios, reflexões e alguns possíveis caminhos que possam fortalecer outros modos de fazer pesquisa/luta junto às crianças e suas famílias.

A luta pela moradia no Brasil e a(s) infância(s)

Foto 1. Vista lateral da sede da Ocupação Popular Ecovila Maricá



Fonte: Autores, 2022.

As ocupações urbanas estão cada vez mais visíveis no cotidiano das cidades. Prédios que antes estavam sem função social, agora são ocupados por mulheres, crianças e famílias que utilizam faixas, bandeiras e cartazes com manifestações pelo direito à moradia digna. A existência das ocupações anuncia e denuncia para quem quer ver as desigualdades estruturais no Brasil. Dados da Fundação João Pinheiro (BRASIL, 2021), ao produzir o relatório de déficit habitacional no Brasil por cor ou raça (2016-2019), demonstram que na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, que inclui a cidade de Maricá, há em 2019 um total de 363.792 domicílios considerados como déficit habitacional, destes 240.709 ocupados por pessoas pretas e pardas. Existindo, portanto, um recorte de raça sobre quem são essas famílias ocupantes e que lutam por moradia digna.

A pesquisadora Márcia Gobbi (2017), em suas andanças e pesquisa pela cidade de São Paulo, vem colocando ênfase sobre um grupo de pessoas que ocupa esses prédios no centro da cidade, que antes estavam desocupados, e agora são preenchidos por vozes, correrias, desenhos e histórias das crianças, criando, inclusive, outras novas histórias ao local ocupado. A pesquisadora debate que pouco se sabe sobre elas, a partir do ponto de vista dessas crianças.

Tal realidade, talvez, não tenha sido tão pesquisada por ser avaliada como um lugar impróprio, perigoso. Em Aracaju/SE, a pesquisadora Eliane Limeira dos Santos (2017) escreveu, em 2017, sobre a infância na Ocupação Santa Maria, analisando as categorias contidas no brincar, por meio da etnografia. Apontou relações entre o brincar, a infância e a moradia e compreendeu dinâmicas de socialização e de pertencimento das crianças naquele espaço. Os conflitos que ali existiam faziam parte da configuração das brincadeiras infantis dentro da ocupação.

Bizzoto (2022) também escolhe analisar, por meio de sua pesquisa, as experiências infantis nas ocupações de terrenos da Região da Izidora, localizada em Belo Horizonte/MG, destacando as territorialidades infantis na ocupação por meio do brincar revolucionário. Apesar da existência dessa realidade, negligenciada pelo Estado, esta é a realidade brasileira, que parece distante do que é defendido como Direitos da Criança e Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), como se essa realidade escrita pelas leis não coubesse na realidade da vida cotidiana de crianças, que lutam por moradia e/ou trabalham pelas cidades.

Outra importante pesquisadora da infância do Rio de Janeiro, Lucia Rabello de Castro (2023), problematiza que a construção dos direitos das crianças, com profunda influência dos países do Norte, não leva em consideração a história e as configurações políticas das nações da periferia do capitalismo marcadas pelo colonialismo, isto é, do contexto brasileiro. Os debates em relação às crianças que têm seus direitos violados se apresentam, ao longo das décadas, como um imperativo moral na busca por salvar as vítimas do abandono, maus-tratos e etc. distanciando-se de um estudo e de uma análise crítica que leve em consideração a herança materializada pelas desigualdades sociais das crianças e suas famílias e de possibilidades de mudanças para essas determinações estruturais.

Com a preocupação de olhar as crianças, na busca por compreender seus modos de vida na Ocupação Popular Ecovila Maricá, busca-se aproximação por meio do brincar para visualizar as diversas linguagens (histórias, desenhos, criações, expressões) que se constituíam na relação das crianças no e com o espaço da Ocupação Popular Ecovila Maricá. Precisa-se destacar que naquele momento era um ambiente novo, com várias descobertas, e essa aproximação do

pesquisador com o campo aconteceu com menos de três semanas de ocupação da Fazenda do Rio Fundo. Nesse espaço circulavam cerca de cinco crianças, de 5 a 15 anos e uma média 30 famílias, que durante meses resistiram na Ocupação e que continuaram a luta fora de lá. Cabe destacar que neste texto não se faz uma divisão por faixa etária, mas são todas nomeadas como crianças, assim como era feito no cotidiano dessa luta por moradia.

Ao longo de cinco meses, um dos autores deste texto realizou uma pesquisa-militante na Ecovila Maricá, possibilitada por meio do consentimento do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM³) e de seus componentes, com idas frequentes dia sim, dia não, e assim se constituiu uma pesquisa/luta maior. Em função dos limites do artigo em questão, coloca-se ênfase na infância que luta por moradia na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, especificamente, em Maricá, durante o período da Ocupação – setembro de 2022 a fevereiro de 2023.

A Ocupação Popular Ecovila Maricá, local em disputa, é um projeto pensado pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM)-Maricá, que busca a conquista da terra para a construção de habitações sustentáveis, visando estabelecer um outro modo de viver. Modo esse entendido, talvez, como um respiro, uma suspensão das “amarras” do capitalismo como foi defendido pelos ocupantes. Neste artigo se defende a Ocupação como forma de luta (GOBBI, 2017).

No entanto, o que se entende como uma Ecovila? Para Roysen (2013, p. 14):

As ecovilas são comunidades intencionais sustentáveis, isto é, são grupos de pessoas que se unem para criar um estilo de vida de baixo impacto ambiental e relações interpessoais mais cooperativas e solidárias (ROYSEN, 2013, p. 14).

Já para as e os militantes da Ocupação da Fazenda do Rio Fundo, o nome ecovila deixaria mais evidente o desejo de construção de uma outra sociedade, de forma mais sustentável e menos prejudicial aos recursos naturais.

Entretanto, o termo Ecovila pode denotar vários significados, sendo que muitos desses estão vinculados a um modo de viver da burguesia longe dos problemas vividos nas metrópoles urbanas. Contrapondo-se a essa compreensão,

³ Movimento Social de luta por moradia, presente em vários estados brasileiros e com atuação em Maricá há pouco mais de 5 anos.

os ocupantes da Ecovila Maricá construíram um outro significado em que a classe popular poderia construir uma ecovila de forma popular e se ocupar de um outro modo da terra. Importante destacar que as crianças foram atores importantes para dar outro significado a essa luta por moradia, pois por meio de brincadeiras, desenhos e trabalho com a terra se fizeram presentes no espaço e presenciaram essa disputa por significados e sentidos de uma Ocupação e de uma ecovila; ainda que em muitos momentos esses assuntos não as interessassem.

Foto 2. Criança brinca no rio com suporte de bambu



Fonte: autores, 2022.

A metodologia para a construção desta pesquisa foi a *Conricerca*, também conhecida como pesquisa-militante. É a partir desta metodologia de pesquisa que se busca aprofundamento no texto, em diálogo com o que foi vivido junto as crianças durante os meses de luta da Ocupação.

A Conricerca como possibilidade de luta/pesquisa

A Conricerca é um método de pesquisa desenvolvido em meio às lutas italianas a partir da década de 1950. Romano Alquati – sociólogo, teórico político e ativista – produziu obras sobre esse método, entre outros pesquisadores-militantes e coletivos. Um exemplo na América Latina é o Coletivo Situaciones (NOCIONES COMUNES, 2004) que começou uma luta em Buenos Aires, no final da década de

1990, em função da crise social vivida naquele momento na Argentina, apresentando reflexões importantes sobre a figura do *militante investigador*⁴ dentro do que era esperado para as pesquisas no campo da Sociologia naquele período.

O Coletivo Situaciones (2004), citado acima, trata da *composição*⁵ na pesquisa, em contraponto à *comunicação*, para seguir o caminho da pesquisa-militante. A composição, para quem integra o Coletivo e dos próprios pesquisadores, está viabilizada pelos processos de interação, de valorização coletiva e de sistema de compatibilidades produtivas⁶. Portanto, valoriza-se a experiência com o enredo, as nuances, os conflitos e as contradições. Não se busca, por meio da comunicação, incentivar adesões às lutas, mas se procura, por meio da comunicação, encontrar ressonâncias inesperadas nos outros, que olham e buscam enxergar as lutas que estão em seu entorno de vida, potencializando-a como pública e coletiva. Assim, a composição na pesquisa realizada na Ocupação Popular Ecovila Maricá ocorreu por intermédio de um movimento de acompanhar as “andanças” das crianças, de presenciar conflitos a respeito da presença delas no espaço de luta e, também, da própria composição feita por elas nas brincadeiras.

As pesquisadoras Manuela Ferreira e Ivana Martins Rosa (2019), em uma pesquisa etnográfica, apresentam os desafios de pesquisar com crianças em espaços públicos, em Portugal, dando ênfase ao processo reflexivo da pesquisadora e trazendo inúmeras contribuições para a área de estudo. Ao retratar os episódios desafiantes da pesquisa, elas chamam a atenção sobre o lugar da pesquisadora junto às crianças e suas famílias, revelando os limites e, também, o processo de estabelecimento de confiança entre elas. Em seu relato, na pesquisa, é possível verificar que a aproximação exigiu um longo processo de idas e vindas em função da desconfiança inicial na relação entre as crianças com a adulta-pesquisadora e, também, em decorrência da complexidade dos espaços públicos nos dias atuais.

⁴ Termo em espanhol, daqui em diante se chamará de “pesquisador-militante”.

⁵ Termo empregado pelos autores para contrapor o distanciamento entre o objeto de pesquisa e os pesquisadores, e afirmar outros modos de pesquisa que se propõem a estar de uma outra forma com as pessoas, como a co-pesquisa, caminhar perguntando e a própria pesquisa-militante.

⁶ Formas de estar no mundo com confluências que colaboram para compatibilidades produtivas, nunca sem conflitos, porém com o horizonte em comum.

Diferente dessa experiência de pesquisa apresentada, a aproximação com as crianças ocorreu de maneira mais facilitada, visto que as companheiras da luta – mulheres/mães – estabeleceram uma relação de confiança com o companheiro que pesquisava. Isso ocorreu, principalmente, pela presença constante do pesquisador no campo, das brincadeiras com as crianças, da gravação de depoimentos, além da participação nas assembleias e nas atividades desenvolvidas no espaço da fazenda.

Sendo assim, a *composição*, em uma perspectiva da *Conrincerca*, foi produzida a partir e com a presença das crianças no contexto da Ocupação, mas também em atividades que ocorreram na cidade, como por exemplo: nas praças públicas da cidade para conversar com a população sobre o projeto da Ocupação Popular Ecovila Maricá que havia sofrido ordem de despejo.

Apresentam-se algumas perguntas de pesquisa que estavam presentes durante as trocas na Ocupação: como a proposta metodológica da *Conrincerca* potencializaria a experiência de ocupar tendo as crianças como sujeitos sociais? Qual o lugar do pesquisador-militante com as crianças?

Na busca por respostas, nada conclusivas, mas com o intuito de fazer pensar junto, destaca-se um aspecto: a consistência da experiência como oportunidade para a construção, a partir do encontro. Todavia, é necessário, antes de tudo, entender que a categoria infância é uma construção social constituída em um campo de disputas. Abramowiccz e Rodrigues (2012) explicitam a infância como dispositivo de poder; já a pesquisadora Gobbi busca conhecer as crianças e “as diferentes infâncias que elas constroem e que, por vezes, são construídas por elas à revelia” (GOBBI, 2022, p. 24). Contudo, ambas as pesquisadoras, e outras tantas que se dedicam aos estudos da infância, apontam a força do adultrocentrismo e do acirramento do capital na imposição de uma criança universal e única, isto é, de uma normalização da infância, ou mesmo de uma idealização do que é ser criança.

Nesse sentido, o sociólogo da infância Manuel Sarmiento argumenta sobre a normatividade da infância que ocorreu, principalmente, no século XX, por meio de documentos legais e de orientações normativas jurídicas e não jurídicas, que determinam e padronizam os modos de ser criança na relação com o Estado, as

famílias e os próprios adultos, como por exemplo: a Convenção Nacional dos Direitos das Crianças, de 1999. Ainda que esse documento tenha trazido pontos importantes em contribuições em relação ao direito à infância – de ser um ator social, ter voz, participação; trouxe também críticas sobre uma perspectiva universal de direitos em contraponto às específicas de cada contexto, especificamente porque foi elaborado por uma matriz eurocêntrica.

Assim, uma concepção normativa ocidental cêntrica da intervenção política centrada nos direitos tende a exprimir-se sob uma forma que ignora a diversidade de infâncias e a reproduzir a visão da criança “europeia de classe média” da qual parte. Desse modo, tende a ignorar e a excluir formas de vida e de ação infantis que estão “fora da norma”, reproduzindo uma visão que não deixa de ser excludente [...] (SARMENTO; MARCHI, 2017, p. 956).

Esses binômios de universal e única e normalização e idealização são perspectivas que não contribuem para conhecer os diferentes modos de viver as infâncias, pois não admitem as contradições. Com isso, quer-se indagar que não cabe imaginar as crianças da Ocupação Popular Ecovila Maricá como seres frágeis, infantilizados e que necessitam de proteção a cada minuto. Os modos de viver a(s) infância(s) constituídos na Ecovila Maricá são permeados por desafios inerentes ao ser criança, ser em desenvolvimento que produz e reproduz cultura, junto as suas famílias que lutam por moradia.

Com isso, não se pretende “romantizar” os desafios cotidianos vividos pelas crianças e seus familiares, nem mesmo se recusar a vê-los. Ao contrário, como destaca Castro (2023), é necessário a reinvenção dos direitos das crianças, entendido como a necessidade de criar normas que de fato contribuam para transformar as estruturas sociais injustas vivenciadas nos dias atuais. Nessa mesma direção, é possível dizer que as leis brasileiras parecem indiferentes às diferentes realidades das crianças, destacando apenas quando há o “sequestro” dessas pela justiça ou pela criminalização; ou ainda, do pré-julgamento das famílias que vivem um processo (produzido) de vulnerabilização, ou seja, a idealização dessa experiência - de luta - torna-se uma força destrutiva (NOCIONES COMUNES, 2004).

De uma outra perspectiva, a Ocupação significa uma experiência real, contraditória e rica, estabelecida em uma operação constante de experiência-existência. Como sinaliza Mello (2015), ao dialogar com uma das ocupantes da Ocupação Manuel Congo (MNLM), localizada no centro do Rio de Janeiro, em que aponta que um dos desafios da prática em uma Ocupação é a formação no cotidiano, a conscientização dos valores e os princípios na prática, ou seja, a formação necessita ser ponto fundante nas ocupações, não destinada exclusivamente à infância.

Neste texto se aponta que a experiência social das crianças é combinatória de ações que compõem sua subjetividade e reflexividade (DUBET, 1994), aqui elas foram conduzidas por meio de participações em reuniões do MNLM, nas assembleias, no cotidiano da Ocupação, em atividades e oficinas como recurso e cria(ação) de desenhos. Assim, os vestígios das crianças na Ocupação, e fora dessa também, ocorreram por meio das relações sociais que foram estabelecidas no cotidiano, interferindo inclusive no modo como os adultos construíam a luta. Pela parte dos e das adultas, é possível notar que havia a valorização da presença das crianças na Ocupação, mas com um caminho a ser construído sobre o reconhecimento da participação delas na luta.

Por diversos momentos, as crianças geravam tensionamentos por meio de ações (desenhos, brincadeiras, correrias) que mobilizaram outros sujeitos a estarem mais presentes na luta. “Tio, onde você “tá” indo? Por que você não dorme aqui? Tem muito espaço aqui, vem!”. Esse convite foi feito por uma das crianças de 5 anos que estava Ocupação, sendo que o “vem” pode ser entendido como um convite para a luta, quase como uma convocação para aquelas/aqueles que chegavam e iam da luta por moradia. Importante destacar que na pesquisa militante esse movimento de ir e vir é alternado pelo ombro-a-ombro na luta, isto é, de ser um chamado, um convite, para construir um “território de resistência”⁷.

⁷ Aqui se coloca o conceito que é ao mesmo tempo análise científica, proposta de luta e projeção de outros futuros possíveis, como coloca Timo Bartholl (2018). Então, nesse sentido, se convida a pensar nas Ocupações Urbanas e de Terreno, as favelas, terreiros, quilombos, aldeias e outros espaços de luta.

Um outro momento de tensionamento foi quando as crianças estavam no mutirão de plantio, talvez considerado uma brincadeira por elas, mas que os adultos ficaram mobilizados pela presença delas. Os adultos ali se colocavam em um papel de ensinar a entender a terra e modos de realizar o plantio, e ao mesmo tempo, a vivacidade das crianças em colocarem a mão na terra, que produzia esperança nos adultos. Esperança no sentido de produzir um outro mundo possível em relação/parceria com as crianças que vibravam o momento. Por meio da pesquisa-militante foi possível perceber essas inter-relações com mais profundidade e confiança e, assim, contribuir com a luta.

Por fim, é importante ressaltar que um dos papéis da pesquisa-militante é poder construir saberes junto aos movimentos sociais, ou seja, as e os militantes que constroem a luta. Assim, nos momentos críticos da Ocupação, como: as ameaças de despejo, escassez de alimentos e conflitos, era possível acionar ferramentas concretas que auxiliavam essa construção de saberes e ações, tais como: buscar redes de apoio, mobilizar virtualmente por meio do *Instagram* e articular junto a cidade.

Esse envolvimento aconteceu por meio da mobilização dos educadores da rede municipal de ensino, dos coletivos que também articulavam suas lutas, da articulação junto a Teia dos Povos do Rio de Janeiro e dos apoiadores de municípios vizinhos como Niterói e São Gonçalo. Nessa perspectiva, aqui anunciada no artigo, a militância e a pesquisa têm uma relação como potência e não como prejuízo, sem esquecer das crianças em todo esse processo.

A Conricerca junto às crianças se tornou não só uma ferramenta de luta, mas uma possibilidade de diálogos sensíveis e de acompanhamento do cotidiano delas em um território de resistência. Não existe Conricerca sem a confiança entre os envolvidos, além da disposição de estar lado a lado, de reconhecer a presença e as vozes infantis em meio a esse processo que é duro e, muitas vezes, carregado de conflitos.

O caminho em construção: a tentativa de uma conclusão

Um ponto importante a refletir é sobre a Conricerca e as questões éticas nas pesquisas com e/ou sobre crianças. Atualmente, existem diversas pesquisas que

se debruçam sobre essa questão, evidenciando que as crianças são sujeitos sociais e com direito à participação nas pesquisas; contudo, ainda existem inúmeros desafios de vivenciá-las, em função da academia ser constituída exclusivamente pelo universo adulto e, também, por grande parte das pesquisas se situarem dentro do espaço escolar – dedicado para crianças.

Esse contexto leva a uma reflexão feita pelos pesquisadores Marcos Freitas e Renata Prado (2020) sobre as normas éticas de pesquisas com crianças - consentimento ou assentimento informado; métodos e procedimentos de pesquisa que contemplem a criança como um sujeito social; e escuta das crianças. Para os autores, as normas éticas são necessárias e fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas com e sobre crianças, porém não garantem o cuidado ético que carece ter ao longo de um processo investigativo. Assim, além de todos os procedimentos iniciais para adentrar uma pesquisa ética com as crianças, torna-se fundante problematizar, discutir e analisar as escolhas feitas durante a pesquisa, indo além do cumprimento das normas éticas, apenas.

Do mesmo modo, a pesquisadora Natália Fernandes (2016) aponta que a diversidade e a complexidade das relações éticas devem permear as pesquisas com as infâncias, evidenciando “o cuidado ontológico” durante toda a pesquisa, especialmente, uma atenção sobre a assimetria de poder que reside na relação entre os adultos e as crianças.

Dessa maneira, a Conrlicerca junto às crianças exigiu, além dos instrumentos éticos de entrada e permanência na Ocupação com as crianças, um constante exercício de flexibilidade do pesquisador em entender ao longo do processo o seu lugar de estar junto ao grupo de crianças, inclusive, diante dos tensionamentos gerados no cotidiano. Como visto no excerto do caderno de campo do pesquisador:

***Dia 18 de janeiro de 2023.** Era um dia agitado, muita movimentação pela casa, estavam aguardando a equipe da Secretária de Habitação que iria realizar algum cadastro com as famílias. Todas e todos ansiosos com a visita da equipe e cerca de cinco crianças corriam pelos salões. Hora desenhavam, hora corriam, hora exploravam, estavam felizes com os encontros realizados ali. Algumas mulheres reunidas logo na entrada da fazenda contavam sobre uma conversa com uma conhecida na cidade que aconteceu dias antes. Contavam que sua conhecida buscava criminalizar as pessoas que “invadiam” a fazenda, contavam que sentiram dificuldades em argumentar com essa pessoa sobre os motivos pelos quais estavam*

lá, contavam que queriam ataca-la ao invés de esclarecer as ideias. Todas riram do ocorrido, e discutiram o quanto é importante a comunicação da Ocupação com a cidade e a formação em relação ao entendimento sobre o direito à moradia. Horas se passaram, a equipe da Secretaria de Habitação chega, e todos foram convidados a serem entrevistados para preencher um questionário de cadastramento. Fiquei intrigado com algumas questões contidas lá, principalmente, sobre o uso de álcool e outras drogas, além de renda, tipo de trabalho, acesso a benefícios, tempo de moradia em Maricá, entre outras. Mais algumas horas depois as crianças se aproximaram, pareciam cansadas de correr e sentaram-se no sofá logo após a entrada principal, conversaram entre si e folhearam livros recebidos de doações:

Manuel, 5 anos: — Tio lê pra mim?

Pesquisador-militante: — Você quer que eu leia pra você?

Manuel, 5 anos: — Sim, por favor, por favor, por favor!

Pesquisador-militante: — Vamos, pega lá um livro então. O livro que vamos ler...

Mariana, 10 anos: — Tio, ele não sabe ler ainda... ele é muito pequeno.

Pesquisador-militante: — Não tem problema, lemos juntos! Aprendemos juntos também, eu quando era pequeno também não sabia.

Mariana, 10 anos: (rindo)— Sim, você sabia que aqui na Ocupação eu sou a bibliotecária? (pergunta olhando para as duas estantes cheias de livros)

Pesquisador-militante: — Sério?! Por quê você é a bibliotecária da Ocupação? Você gosta?

Mariana, 10 anos: — Eu sou a bibliotecária porque eu organizo os livros. Eu adoro! Eu quero organizar para que todos leiam (novamente olha para as estantes, orgulhosa pela arrumação).

Pesquisador-militante: — Parabéns Mariana! Eu acho isso muito maneiro, eu costumo ler bastante, mas estando aqui estou lendo bem menos.

Mariana, 10 anos: — Aqui as pessoas não leem muito né!? Parece que só eu... alias só as crianças mexem nos livros.

Manuel, 5 anos: — Achei Tio, vamos ler gibi da turma da Mônica! Vai lê, lê, lê...(segurando o livro e buscando ler além das palavras, as imagens)

(excerto do caderno de campo, 18 de janeiro de 2023, Maricá/ RJ)

É possível notar, nessa breve transcrição, o lugar que o pesquisador se coloca junto às crianças, de estar com elas e vivendo aquele cotidiano permeado de múltiplas situações concomitantes. Aqui reside um lugar da flexibilidade do pesquisador ao longo do processo, em que não segue um roteiro estruturado, ou mesmo um manual; ao contrário, são as narrativas, os acontecimentos e as brincadeiras que permeiam o estar “em campo” – como seria nomeado o local da pesquisa – com as famílias e crianças. Os acontecimentos na Ocupação solicitam uma postura reflexiva e sensível de “produzir com”, conhecendo cada sujeito adulto e crianças para que juntos sejam deslocados!

Referências

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.C.; MORUZZI, A.B. **O Plano Nacional de Educação e a normatização da infância, educação infantil e PNE**. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 83-102.

BARTHOLL, T. **Por uma Geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BRASIL. Fundação João Pinheiro. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019**. Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021, 76 p.

BRITO, L. N. F.; LIMA, V. S. Infância no e do campo e as particularidades da infância Sem Terrinha. São Cristóvão, 2023. **Monografia** (graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2023.

BIZZOTO, L. M. **Territorialidades infantis na ocupação Rosa Leão** (Belo Horizonte – MG). 2022. 307 p. **Tese** (Doutorado em Educação, na Linha Infância e Educação Infantil) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CASTRO, L. R. Descolonização e direitos da criança: uma introdução. **O Social em Questão** - Ano XXVI - no 56 – Mai. a Ago./2023.

DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget. 1994.

FERREIRA, M.; ROSA, I. M. Como ganhar acesso numa etnografia com crianças em espaços públicos abertos; dilemas de confiabilidade em tempos de risco. **Zero à seis**, Florianópolis, v.21, n. 40, set./dez., 2019.

FERNANDES, Natália. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação** v. 21 n. 66 jul.-set. 2016.

GOBBI, M. A.; LEITE, M. C. S.; ANJOS, C. I. **Crianças, educação e o direito à cidade: pesquisas e práticas**. 1 ed. São Paulo: Cortez editora, 2021. 288 p.

GOBBI, M. A.; DOS ANJOS, C. I.; PITO, J. D. Sediciosas formas de viver: crianças, arte e cozinha na luta pelo direito à moradia. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 184-208, 2020.

GOBBI, M. **Desenhar e ocupar: crianças da Mauá, Ipiranga e Prestes Maia**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, 2022.

GOBBI, M. A. (2017). Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo (Occupations and childhood: children, struggle for housing and children's cultures in the city of São Paulo). **Crítica Educativa**, 2(2), 9–24.

GONÇALVES, B. O. **Sorrisos infantis na luta pela terra: A participação das crianças na vida política da sociedade**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MELLO, I. de Q. **Trajetórias, cotidiano e utopias de uma ocupação no Centro do Rio de Janeiro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 210 p.

NASCIMENTO, L. Estudos da infância: diálogos, fronteiras e tensões. *In*: **Geografia das crianças, dos jovens e das famílias**. FERNANDES, M. L.; LOPES, J. J; TEBET, G. G. (Orgs). UNB (Universidade de Brasília), 2021.

NOCIONES COMUNES. **Experiencias y ensayos entre investigación y militancia**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. 206 p.

OLIVEIRA, M. S.; BORGES, M. A. Brincar com (a) propriedade: crianças em movimentos de ocupação. **Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, v. 10, n. 32, p. 139-155, jan./abr., 2022.

PRADO, Renata Lopes. FREITAS. Marcos Cezar. Normas éticas traduzem-se em ética na pesquisa? Pesquisas com crianças em instituições e nas cidades. **Revista**

Práxis Educacional, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 40, p. 25-46, jul./set. 2020.

ROYSEN, R. Ecovilas e a construção de uma cultura alternativa. 2013. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, E. M. **Ocupação Santa Maria**: conflitos, infâncias e brincadeiras. 2017. 114 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SARMENTO, M. J. MARCHI, R. C. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, no. 141, p.951-964, out.-dez., 2017.

UGLIONE, P. **Infância (d)E RUA: ser criança em lugares-outros**. Tese de doutorado (Programa de Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.